

EXPANSÃO E CRISE : IMPACTOS SOBRE A PEQUENA AGRICULTURA BRASILEIRA

Charles C. Mueller
Universidade de Brasília

A visão convencional do movimento da população rural, do campo para a cidade no Brasil é a de que, em decorrência de conjunção de fatores de atração das grandes cidades com fatores de expulsão relacionados ao processo de modernização conservadora no campo¹, originou-se um fluxo crescente de trabalhadores rurais e de camponeses, do meio rural para os principais centros urbanos do país e, em menor escala, às áreas de fronteira agrícola.

Os impactos dos fatores de atração podem ser conceitualizados na linha do modelo de Harris-Todaro². Segundo este, a migração rural-urbana é induzida pela diferença entre os ganhos (monetários e outros) que os migrantes esperam obter nas áreas de atração, e os que usufruem no campo, e é freitada ou moderada pelo desemprego naquelas áreas. Quanto maior o diferencial de ganhos e menor o desemprego nas cidades, maior o fluxo de migrantes rural-urbano, e vice-versa. Concede-se que um desemprego elevado faz o fluxo declinar, mas a expectativa é a de que a modernização conservadora da agricultura brasileira, expulsando trabalhadores rurais e camponeses, mantenha-os sempre em níveis consideráveis.

Nosso argumento é que, embora em suas linhas básicas essa visão seja correta, ela ignora o fato de que o mecanismo em que se apoia pode não operar plenamente em períodos de declínio econômico e forte desemprego. E que, no extremo, pode mesmo ocorrer reversão no fluxo.

É importante ter em vista, neste contexto, o fato de que, no Brasil, quando a economia cresce a taxas elevadas, há considerável expansão na demanda de mão-de-obra não qualificada, especialmente se, com o cresci-

mento, se verifica acentuado incremento nas atividades da indústria da construção civil e são elevados os investimentos em obras públicas. Esses segmentos utilizam grandes contingentes de trabalhadores não qualificados, amplamente disponíveis no meio-rural. Entretanto, em períodos de recessão prolongada, não só há redução no fluxo rural-urbano, como pode ocorrer reversão no processo, provocada por drástica queda nas atividades de construção, por desativação de obras públicas e, em consequência, por uma drástico declínio no uso de mão-de-obra não qualificada.

Os censos agropecuários de 1975, de 1980 e de 1985 oferecem dados que comprovam o ponto de vista acima. Eles permitem examinar a evolução de indicadores dos movimentos de população rural entre 1975 e 1980, e entre 1980 e 1985, períodos em que a economia brasileira tomou rumos diametralmente opostos. Antes de discutir os dados dos censos, esboçaremos essa evolução.

A ECONOMIA BRASILEIRA NOS QUINQUENIOS 1975-1980 E 1980-1985

Por uma conjugação de fatores favoráveis, internos e no plano internacional, entre 1968 e 1974 a economia brasileira experimentou extraordinária expansão, traduzida pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) a uma taxa média anual de 10,9 %. No período 1975-1979, de forte contração mundial, o crescimento brasileiro declinou um pouco (o PIB evoluiu a taxa média de 6,7% a.a.) mas manteve-se bem mais elevado que o dos países industrializados ; contudo, isso só foi possível porque o país retardou a adoção de medidas de ajuste e aprofundou consideravelmente seu endividamento externo.

Esse estado de coisas não pôde ser mantido e, no início da década de 1980 o Brasil mergulhou em forte recessão ; no período 1981-1985 o PIB cresceu à média anual de apenas 1,2 %, sendo que nos tres primeiros anos houve uma redução de cerca de 7 %.

É enorme o contraste entre os dois períodos intercenitários. O primeiro foi de expansão econômica, de grandes investimentos em obras públicas financiados por empréstimos externos, e nele a indústria da construção cresceu a uma taxa média anual de 6,9 %. O segundo caracterizou-se pelo declínio econômico e por acentuado desemprego. Vítimas de aguda crise fiscal as obras públicas virtualmente pararam e a indústria da construção registrou uma redução de 1,8 % a.a., em média (entre 1981 e 1983 a queda foi de 7,7 % a.a.).

A seguir examina-se, com base em dados dos Censos Agropecuários, como essa evolução contrastante afetou os deslocamentos da mão-de-obra rural no Brasil.

¹ Para uma análise lúcida do processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, ver Martine, G. "Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira". *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, IPEA, n. 3, jun., 1990.

² Ver Harris, J.R. e M.P. Todaro. "Migration and Development : a Two-Sector Analysis". *American Economic Review*, mar., 1970, pp. 126-142.

DESLOCAMENTOS DE MÃO-DE-OBRA RURAL A LUZ DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS

Segundo os censos, embora a agropecuária brasileira tivesse experimentado forte redução de dinamismo entre 1980 e 1985 em comparação com a década de 1970, ocorreu, no período, nítida reversão na tendência, que se julgava definitiva, de virtual estagnação no número de pequenos estabelecimentos agrícolas e no pessoal ocupado em atividades agropecuárias, num reflexo dos movimentos de população rural-urbanos, acima mencionados¹.

Brasil e Regiões : Variações no Numero de Estabelecimentos Agropecuários, 1975-80 e 1980-85

Brasil e regiões	1975-1980		1980-1985	
	Unidades	Variacao %	Unidades	Variacao %
BRASIL	166.599	3,3	674.928	13,1
Norte	70.966	21,1	91.602	22,4
Nordeste	96.097	4,1	370.396	15,1
Sudeste	12.185	1,4	108.038	12,1
Sul	-11.032	-0,9	56.355	4,9
Centro-Oeste	-1.617	-0,6	48.537	18,1

IBGE, Censos Agropecuarios de 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo de 1985

No Brasil como um todo, o número de estabelecimentos agropecuários, que havia crescido apenas 3,3 % (166,6 mil unidades) entre 1975 e 1980, aumentou 13,1 % (674,9 mil unidades) entre 1980 e 1985 (Tabela 1). Nas regiões o comportamento foi semelhante, a exceção da região Norte. Destacam-se, entretanto, as regiões

Variação no Numero de Estabelecimentos Agropecuarios com Menos de 10 Hectares (unidades)

	1975-1980	1980-1985
BRASIL	- 3.841	487.822
Norte	- 4.221	19.514
Nordeste	12.913	331.626
Sudeste	12.711	68.27
Sul	- 8.864	52.37
Centro-Oeste	- 16.38	16.042

IBGE, Censos Agropecuarios de 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo de 1985

¹ O autor realizou estudo preliminar sobre o assunto ; nele encontram-se tabelas e dados básicos bem mais detalhados que o espaço aqui disponível permite apresentar. Ver Mueller, C.C. "Ensaio Especial - Censos Agropecuarios". *Agroanalysis*, Rio de Janeiro, Fundação Cetílio Vargas, vol. xi, n. 6, jun./87, pp. 8-21.

Nordeste e Sul. No Nordeste, o número de estabelecimentos, que havia aumentado apenas 4,1 % (96,1 mil unidades) entre 1975 e 1980, apresentou um crescimento de 15,1 % (370,4 mil unidades) no período 1980-1985 ; na região Sul, passou-se de situação de declínio (- 0,9 %, ou - 11 mil estabelecimentos) no primeiro período, a uma de considerável aumento (4,9 %, ou mais 56,4 mil unidades) no segundo.

Essa evolução está associada, basicamente, às alterações no número de estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares. No Brasil como um todo, é significativo o contraste entre o comportamento dessa variável nos quinquênios 1975-1980, e 1980-1985 : no primeiro, o número de pequenos estabelecimentos diminuiu 0,2 % (- 3 841 unidades); no segundo, houve significativo aumento de 18,8 % (487,8 mil unidades). Já o número de estabelecimentos de mais de 10 ha se ampliou quase à mesma taxa nos dois períodos (7,1 % e 7,3 %, respectivamente). A expressiva mudança que ocorreu localizou-se, portanto, no segmento da pequena agricultura.

Para as duas regiões em destaque, o Nordeste apresentou forte aumento no número de estabelecimentos de menos de 10 ha mais recentemente, passando de 12 913 novas unidades entre 1975 e 1980, a 331 626, no período 1980-1985. E a região Sul, que havia registrado queda (- 8 864 unidades) entre 1975 e 1980, registrou uma expansão de 52 370 unidades no período 1980-1985.

A análise se completa com um exame da evolução do pessoal ocupado na agropecuária. Os dados dos censos revelam que, no quinquênio 1975-1980 o número de pessoas ocupadas cresceu apenas 4 % (818 mil pessoas), mas que entre 1980 e 1985 houve uma expansão de 10 %, ou 2,1 milhões de pessoas. Além disso, o pessoal ocupado em estabelecimentos com menos de 10 ha, que havia sofrido redução de 421,7 mil

**Brasil e Regiões : Variação no Pessoal Ocupado na Agropecuária,
1975-1980 e 1980-1985.**

	1975 - 1980		1980 - 1985	
	Total	Em estabelecimentos c/ menos de 10 hectares	Total	Em estabelecimentos c/ menos de 10 hectares
BRASIL	818.043	-421.727	2.109.759	1.353.227
Norte	368.964	-22.823	448.592	86.812
Nordeste	594.409	-127.52	1.041.606	890.365
Sudeste	166.698	-2.438	427.942	199.719
Sul	-440.032	-215.535	71.354	151.031
Centro-Oeste	128.004	-53.411	120.265	25.3

IBGE, *Censos Agropecuarios* de 1975, 1980 e Sinopse Preliminar do Censo de 1985

peças entre 1975 e 1980, apresentou um aumento de cerca de 1,4 milhões de pessoas no período 1980-1985 (cerca de 64 % do incremento total do pessoal ocupado na agricultura brasileira). Declínio no número de pessoas ocupadas em pequenos estabelecimentos no período 1975-1980, e aumentos, quase sempre substanciais, entre 1980 e 1985.

Em nível regional, o comportamento foi semelhante ; todas as regiões apresentaram.

Novamente, merece destaque a evolução no Nordeste e na região Sul. No Nordeste, o pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos, que entre 1975 e 1980 registrou queda de 127,5 mil pessoas, apresentou significativa expansão de mais de 890 mil pessoas no quinquênio seguinte. A região Sul, que havia experimentado uma redução de pessoal ocupado de 440 mil pessoas no período 1975-1980, das quais 215,5 mil em estabelecimentos de menos de 10 ha, apresentou um aumento de mais de 151 mil pessoas no período 1980-1985 (Tabela 3). É interessante destacar que, nesse último período, os estabelecimentos com mais de 10 ha registraram uma redução de quase 80 mil pessoas ocupadas. Os estabelecimentos maiores continuaram expulsando mão-de-obra no último quinquênio intercensitário, de forma semelhante a dos períodos anteriores.

Observe-se que a evolução do pessoal ocupado nos dois últimos períodos intercensitários é coerente com a do número de pequenos estabelecimentos. O considerável aumento no número de estabelecimentos de menos de 10 ha do período 1980-1985 esteve intimamente associado a reabsorção que então se verificou, de mão-de-obra pela agropecuária.

**FATORES NA EVOLUÇÃO RECENTE DOS
MOVIMENTOS DE POPULAÇÃO RURAL**

É importante que se analise separadamente os fatores responsáveis pela evolução ocorrida no Nordeste, dos que atuaram na região Sul, também presentes na região Sudeste - as áreas mais desenvolvidas do país. No Nordeste, a forte seca de 1979-1983 foi, em larga medida, a responsável pelo que ocorreu. Esse fenômeno, que alcançou força máxima justamente em 1980, desorganizou a produção agropecuária da região, levando vários milhares de camponeses a procurar sua sobrevivência fora do meio rural - inclusive em frentes de trabalho e em obras públicas como a usina hidroelétrica de Tucuruí, na Amazônia, então em construção. Com isto, desativou-se um número grande de estabelecimentos¹. No período 1980-85, porém, a situação mudou. Em 1984 e em 1985 choveu normalmente no Nordeste, facilitando a reconstituição de estabelecimentos agrícolas e o plantio normal de lavouras de subsistência. Evidentemente, o término e a desativação de obras públicas e a falta de oportunidades de trabalho fora do meio rural fizeram com que, para muitos, a única alternativa fosse a volta ao campo. Esses eventos reforçaram o refluxo de população, mas o fim da seca teve importância maior.

¹ Nos estados da região mais atingidos pela seca (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe) houve, inclusive, um declínio de 25,5 mil estabelecimentos no período 1970-1975, embora a região como um todo registrasse um aumento de 96 mil unidades.

A dimensão do fenómeno é dada pelo fato de que, no nordeste, 76,5 % do incremento do pessoal ocupado na agropecuária entre 1980 e 1985, concentraram-se em estabelecimentos de menos de 5 hectares. É revelador, também que, nesse período, 68,2 % do aumento total do número de estabelecimentos deu-se com produtores classificados como parceiros e ocupantes. Essas são categorias usualmente associadas a uma agricultura itinerante, temporária.

Na região Sul, porém, a evolução ocorrida nos dois períodos deve-se, inteiramente, à evolução da conjuntura econômica. No período 1975-1980, o elevado crescimento, a expansão da construção urbana e o forte investimento em obras públicas (algumas enormes, como a usina hidroelétrica de Itaipú, localizada na região), aumentaram muito a procura de mão-de-obra não qualificada e propiciaram ampla incorporação de migrantes rurais a atividades fora da agropecuária. Já no período 1980-1985, houve estagnação e declínio urbano-industrial, concluíram-se as grandes obras e o investimento público foi vitimado por profunda crise fiscal. Com isto, houve acentuado aumento de desemprego e muitos voltaram ao campo, fazendo-se ampliar novamente o número de pequenos estabelecimentos e o pessoal ocupado em atividades rurais. Ocorreu, também, substancial aumento nas invasões de terras

- especialmente na região Sul -, e na pressão pela reforma agrária com o objetivo de atender o significativo contingente dos sem-terra que se formou, justamente nas áreas mais desenvolvidas do país; de acordo com a visão convencional, esse excedente populacional deveria estar nas grandes cidades.

COMENTARIOS FINAIS

A evidência apresentada acima revela que as relações entre o rural e o urbano no Brasil são mais complexas que se supunha. Décadas de crescimento quase contínuo da economia fizeram com que se imaginasse funcionar um mecanismo linear de transferência de população, do campo à cidade. A forte recessão que o Brasil experimentou na primeira metade da década de 1980 mostrou que o mecanismo admite paradas e reversão, e que a pressão dos excedentes demográficos desagua, não apenas nas grandes cidades ou na fronteira agrícola, mas também em áreas rurais de ocupação antiga.

Como a economia brasileira longe está de retomar uma trajetória de crescimento vigoroso, é de se esperar que esse mecanismo mais complexo continue a atuar e que tenhamos uma acentuação, no futuro, dos conflitos rurais no Brasil - a menos que medidas de política adequadas venham a ser adotadas.